

# A Ilustração Alemã

**Maria Lúcia Cacciola**

USP

## RESUMO

Busca-se apresentar uma discussão sobre as origens do iluminismo alemão, contrapondo os avanços que teriam realizado Leibniz, Crusius e Wolff. Salienta-se o elemento particular da sociedade alemã do século XVII e XVIII, de modo a compreender as especificidades da proposta kantiana, a qual se mostra como um processo em desenvolvimento e não acabado de liberdade e autonomia.

## PALAVRAS-CHAVE

Iluminismo; Alemanha; Kant; filosofia.

## ABSTRACT

The aim is to present a discussion on the origins of the German Enlightenment, comparing the advances made by Leibniz, Crusius and Wolff. The particular element of seventeenth and eighteenth century German society is highlighted, in order to understand the specificities of the Kantian proposal, which is shown to be a process in development and not finished of freedom and autonomy.

## KEY WORDS

Enlightenment; Germany; Kant; philosophy.

Minha fala faz parte da jornada sobre a Ilustração e é dedicada à Aufklärung, palavra alemã para Iluminismo ou Ilustração. As luzes que despontam na Inglaterra e França se contrapõem e ofuscam os tempos da obscuridade, por nós referidos à fé e à religião, dominados pela escolástica. Teologia e não “pura filosofia”, ou filosofia como serva da teologia é o alvo da crítica. A ciência e a tecnologia próprias dos novos tempos, afastam a superstição e a crença. Na Inglaterra domina o empirismo, Hume é o cabeça desse movimento que afasta a metafísica e põe a frente de certo modo a física, mesmo contestando alguns de seus conceitos. Na França, o racionalismo toma a frente, desde Descartes, e os enciclopedistas, Rousseau, Diderot, D’Alembert que compõem a *Encyclopédie des sciences e des artes*, obra prima do século XVIII na Europa adiantam suas propostas materialistas e naturalistas. Quando falamos de Ilustração, referida sobretudo à racionalidade e obra da Razão, não estamos pensando na sua partição em movimentos distintos, cabendo cada um deles a cada um dos estados nacionais, mesmo porque nem todos eles estavam constituídos como hoje em dia. A Ilustração justamente por estar referida às luzes do pensamento racional, manifesta-se diversamente em cada canto europeu, mas de algum modo corresponde à busca de uma unidade e universalidade no pensamento, pelo menos na Europa. O saber racional está sempre em pauta, embora a luz do conhecimento se manifeste de diferentes modos, quer dando a primazia ao saber empírico, quer aos conceitos abstratos.

Assim o que seria uma Ilustração em trajes típicos, baseada nas características de cada povo? Perderia certamente seu caráter propriamente ilustrado, desde que conferido pela ideia de unidade; essa unidade, porém não se expressa mais em um sistema como em Descartes e Espinosa, mas é tributária do que se poderia chamar, como o faz Salinas, um espírito comum. E o que é propriamente tal espírito? Embora não seja algo homogêneo, fundado exclusivamente seja na experiência, seja na razão, compactua um modo de ser que favorece a explicação imanente, deixando a transcendência, se não de lado, pelo menos posta em questão. Talvez uma de suas características mais marcantes seja o antidogmatismo. Quando se fala na Inglaterra e França como os lugares de nascimento e de maior destaque da Ilustração, fala-se ao mesmo tempo de lugares em que o sistema econômico e político tinham maior desenvolvimento no sentido de um determinado modo de produção e de um Estado já constituído, mais ou menos próximos ao modo atual. Ao passo que, quando se fala em outros países que compõem a própria Europa e, no nosso caso, a Alemanha, esta ainda se apresenta no final do século 17 como um conglomerado de cerca de 1500 territórios com uma centena de príncipes ou seja, principados, onde prepondera o poder local. A Alemanha ainda não havia se unificado e a tentativa imperial de fazê-lo fracassou na guerra dos trinta anos, só se constituindo num Estado em

1871, tal como a Itália. Assim os estágios da Ilustração correspondem também a uma determinada organização do poder, e esta se prende a dados econômicos decisivos e à evolução de suas configurações. Ao pôr em relevo a Ilustração na Alemanha é sem dúvida preciso enfocar seu centro, a luz da razão, e como esta abre seu campo de visão para poder enfocar tanto o saber, quanto suas instituições, a fé e a religião, o poder de seus paladinos e de como se colocam em relação à liberdade e à moral. Tal como antes, o saber submete-se à autoridade eclesiástica, estando a filosofia muito enlaçada ao poder da Igreja. Mas já nos seus primórdios, a *Aufklärung* trata de libertar-se dessas ingerências.

Ao abordar seu alvorecer, temos que mencionar Leibniz, Thomas Crusius e Christian Wolf, ligados à questão das universidades e a uma atitude crítica em relação à Universidade como instituição e a seu cânone educativo. Apesar do despedaçamento do sacro império romano-germânico, onde não dava nem para imaginar uma unidade no desenvolvimento linguístico e científico, tais como presentes na Academia francesa e na Royal Society inglesa, os pequenos territórios sobretudo protestantes possuíam universidades que permitiam ao estado e à Igreja administrá-los pois eram incumbidas de formar os respectivos quadros de funcionários da Igreja e do Estado. Até a época de Kant e dos seu texto “Conflito das Faculdades” essas universidades definiram o “marco histórico administrativo” do pensamento ilustrado na Alemanha.

Os três filósofos representantes da *Aufklärung* que se iniciava adotaram assim uma posição crítica com respeito à Universidade e ao seu cânone educativo já que nelas a filosofia desempenhava o papel de ciência auxiliar, em relação à teologia e à jurisprudência. Cabe a esse primeiro período que insinuará a *Aufklärung* na Alemanha fazer com que a filosofia se infiltre nas faculdades superiores, teologia e direito. Nos perguntamos se Biggerman-Schmidt, ao abordar os filósofos alemães, que originaram a *Aufklärung*, considera que a filosofia já teria neste momento conseguido se impor na Universidade, ou se a batalha estava em seu auge, sob a égide desses filósofos percussores. Por exemplo Leibniz se incumbe com sua *Teodicéia*, ao justificar Deus diante dos males do mundo, de romper com a teologia ortodoxa. Thomasius por seu lado, introduz o pensamento filosófico na jurisprudência, com sua orientação prática de direito natural, herdada de Grotius e Pufendorf, proporcionando as bases iluministas para a teoria do Estado e do direito na Alemanha. O objetivo ético-político torna-se o bem-estar do povo, deslocando as teorias da soberania e do interesse político (Biggemann, p. 48). Segundo esse autor, é a emancipação da filosofia como ciência reitora que permite o surgimento da filosofia como ciência racional, com Christian Wolf. Nos questionamos, porém, se esse papel já estava garantido para a filosofia neste momento, tendo em vista o libelo posterior

de Kant no *Conflito das faculdades* em que propõe uma inversão na hierarquia das faculdades, baseada na razão. Ou mesmo, se mais tarde houve uma espécie de declínio da Ilustração alemã, depois da morte de Frederico segundo que levou Kant a retomar a questão no *Conflito das Faculdades*. Ou, se entre as universidades havia as mais esclarecidas como a de Halle e as que eram meramente formadoras de quadros do governo, da Igreja e do Estado, tendo em maior consideração a teológica e a de jurisprudência.

Mas a questão da ordem de importância das Faculdades é analisada em profundidade por Kant que teve que esperar para publicar seu texto na íntegra até a morte do rei, o obscurantista Frederico Guilherme II. Voltaremos ao texto de Kant e à ordem baseada na razão por ele proposta, que não difere muito das críticas dos filósofos precursores. Mas é preciso notar que na Alemanha, mesmo cem anos depois, segue-se adiante com a crítica ao ensino universitário, por exemplo com Schopenhauer e Nietzsche, já em pleno século XIX; crítica essa que não se limita às instituições universitárias, mas aos seus integrantes, dado que se critica os que fazem a filosofia por profissão, os *Brotgelehrte*. Eruditos do pão de cada dia, já que ao ocuparem esses cargos para manter-se e à família, teriam perdido ou perderiam a liberdade necessária para filosofar ficando sob os ditames e regulamentos estatais e da Igreja, muitos deles postos pela classe eclesiástica que segundo alguns estudiosos, como Ringer, marcava sua posição de poder até mesmo na escolha dos ocupantes das cátedras numa lista tríplice. A crítica aos *Brotgelehrte*, se remete não apenas à universidade em geral, mas sobretudo, à faculdade de Filosofia.

Kant, no *Conflito das Faculdades*, descreve a ordem hierárquica das faculdades, como baseada na razão de estado, que separava as três faculdades superiores, Teologia, Direito e medicina da Faculdade inferior, a de Filosofia de acordo com os bens por elas visados; em primeiro lugar, a salvação espiritual, a seguir os bens materiais e por último a saúde. Ora, Kant propõe a inversão desta ordem, baseada na racionalidade de que é dotado o ser humano, e que difere da razão de Estado vigente, a saber, que a faculdade de Filosofia se torne a superior, passando doravante pelo seu crivo o saber das três faculdades restantes, já que elas têm que se subordinar à racionalidade, que habita a própria filosofia. Um alvo da Ilustração seria alcançar para a filosofia e para a razão este posto mais elevado e quanto a isto vemos se desenhar a esperança de Kant nos resultados de uma época ilustrada. A Ilustração assim se realiza progressivamente na História e, segundo Kant, estaríamos numa época ilustrada, o século de Frederico, o rei filósofo. É numa polêmica encetada no *Mensário berlinense*, publicação que reunia os iluministas da época que Kant encontra a motivação para seu texto *Respondendo à pergunta: O que é a Ilustração?* Procuraremos entender um pouco mais esse texto, seguindo a interpretação que lhe dá Rubens

Torres Filho, num artigo que faz parte de uma tríade sobre o Iluminismo, no seu livro *Ensaio de Filosofia Ilustrada*, que se intitula, numa referência a Frederico II, o rei filósofo “quem é a Ilustração”? Esse jogo de palavras anuncia a estreita ligação da Ilustração na Alemanha ao Soberano da Prússia Frederico II, também chamado de rei filósofo.

É preciso aqui remontar às origens do texto de Kant, a polêmica surgida no mensário a propósito da dispensa ou não de benções da Igreja ao contrato matrimonial: Biester, um iluminista berlinense escreve achar dispensável incomodar os párocos com este tipo de solenidade, mas seu artigo recebeu uma resposta contrária no mesmo mensário, de Zöllner que achava necessária a intervenção da Igreja pela importância do contrato. Ou seja, um contrato de tal monta não podia deixar de ser sancionado pela Igreja. A presente interpretação vai salientar que Kant resolve definir a Ilustração com o intuito de exibir o seu caráter não subversivo, ou não perigoso, que poderia ser o que insinuava a polêmica em torno do casamento civil e religioso. A definição dada por Kant da *Aufklärung* sublinha a autonomia do ilustrado ou daquele que busca a Ilustração e com ela a liberdade de agir por conta própria.

Esclarecimento é a saída do homem da sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outrem. Sapere aude!

A questão que mais nos importa é a liberdade que Kant exige para a Ilustração por meio do uso do próprio entendimento, sem ingerência de outrem. No entanto, para atingi-la e à autonomia no interior de determinada organização social, dotada de instituições, o indivíduo não pode simplesmente fazer o que quer porque tem deveres para com os demais. Kant distingue assim duas espécies de liberdade, a que se dá publicamente e a privada, isto é, no âmbito da vida particular de um indivíduo e da instituição a que se liga, Igreja, Estado e profissão. Neste último caso vige o princípio, “Raciocina mas obedecei” que parece paradoxal, mas resolve a questão de uma liberdade no exercício de uma função que tem que ser forçosamente limitada, sem o que porá a perder a própria liberdade pública, isto é o direito que cada cidadão tem de criticar, por escrito e publicamente, a organização estatal, comunicando a outrem seu raciocínio. Aliás, no texto *Como orientar-se no pensamento*, onde Kant discute suas premissas com o iluminista berlinense Mendelssohn e o crítico Jacobi, numa nota, Kant ao propor a liberdade de pensamento como necessária, exige que a ela esteja ligada à liberdade de comunicar a outros seus pensamentos, sendo que pensamentos livres na solidão individual não se efetivam. Há, pois, uma importante função social, chamada de prática do pensamento crítico e, embora Kant considere estarmos numa época da Ilustração, é a *Aufklärung* ainda um germe que a natureza cuida com desvelo; o otimismo de Kant é patente, esperando ver uma

Ilustração mais madura que chegue a transmitir uma influência positiva para os próprios governantes.

Assim, segundo seu representante mais ilustre, a *Auflärung* é algo *in fieri* e não um processo acabado; e ainda pode levar o gênero humano pelo fio condutor da filosofia para uma ação racional e autônoma.